

Crítica radical, epistemologia tardia e democracia¹.

Roberta K. Soromenho Nicolete (pós-doutoranda no Departamento de Filosofia - USP
e pesquisadora convidada no CESPRA-EHESS).

*“Indiquer s’il se peut aux hommes comment faire pour échapper
à la tyrannie et à l’abâtardissement en devenant démocratiques.
Telle est, je pense, l’idée générale dans laquelle peut se résumer
mon livre et qui apparaîtra à toutes les pages de celui que j’écris
en ce moment. Travailler dans ce sens, c’est à mes yeux une
occupation sainte et pour laquelle il ne faut épargner ni son argent,
ni son temps, ni sa vie”*
(Tocqueville)

Introdução

Nos 180 anos passados desde a publicação do segundo volume de *A democracia na América*, Alexis de Tocqueville foi lido por tradições diversas do pensamento político (cf. WELCH, 2006; CRAIUTU, 2019; MELÓNIO, 2006 e 1991) e recepções de sua obra não raro alimentaram longos debates². Entre os aspectos discutidos, a questão da centralização esteve, já entre seus contemporâneos, no núcleo das disputas. Das muitas oposições em linguagem liberal ao regime de Napoleão III, que partilhavam com Tocqueville o desdém pela centralização administrativa, Édouard Laboulaye, professor do Collège de France, acentua: “A imagem de nosso governo é o telégrafo elétrico; a ordem parte de um ponto único, a vida se espalha do centro às extremidades. É o Império Romano, suavizado pelo cristianismo e pela civilização. Nesta rede de instituições, cujos fios terminam na mão poderosa do Estado, Augusto reconheceria seu espírito e suas leis”. E, mais adiante, nomeia o chefe de governo ao qual dirige suas críticas: “[...] Ele [Napoleão] colocou seu gênio à serviço da igualdade, e logo, como os césores, poderia dizer que tinha o direito de ordenar tudo, porque falou apenas

¹ *Trabalho em curso (favor não citar)* - apresentado no GT51 - Teoria e Pensamento Político – democracia e autoritarismo, do 44º Encontro Anual da ANPOCS, realizado entre 01 a 11 de dezembro de 2020. Pesquisa desenvolvida com o apoio da FAPESP Processo 2017/26135-0. Este texto é parte de uma pesquisa mais ampla que busca refletir, mediante os 180 anos da obra *A Democracia na América*, duas interpretações produzidas no século XXI. Parte desta pesquisa já foi apresentada no *III Encontro de Teoria Política e Pensamento Político Brasileiro*, em julho de 2020, em trabalho intitulado “180 anos de *A Democracia na América II*: considerações sobre crítica radical, epistemologia tardia e centralização”. Ainda como parte desta pesquisa, há um artigo em andamento escrito em coautoria com Eunice Ostrensky (FFLCH-USP). A última parte desta pesquisa, constituindo o terceiro movimento deste artigo, será o foco da exposição no GT.

² “Os liberais enxergaram nos escritos de Tocqueville contornos nítidos dos tipos de liberalismo que lhes são próprios; os conservadores e neoconservadores insistiram que ele não era inteiramente liberal, mas – como eles – um arguto crítico do liberalismo” (Large, 1989, pp. 928-9). Para debates específicos em torno da obra, ver : Furet, 1985-6. Há também o controverso “Many Tocquevilles”, de Robert Nisbet, publicado em 1976-77, na *American Scholar*, amplamente citado entre os comentaristas de Tocqueville. Nosso objetivo é apenas indicar que, mesmo leituras consideradas clássicas, são constantemente submetidas à reavaliação, seguindo as publicações de obras críticas.

em nome do povo, que o escolheu como seu representante. Esse era o retrato de Napoleão que M. de Tocqueville esboçou com uma mão ousada [...]”³. Na avaliação dos liberais contemporâneos a Tocqueville, a presença dos resquícios centralizadores do Antigo Regime, edifício antigo, mas persistente, na França pós-revolucionária, ainda impediria um verdadeiro regime de liberdades e suas garantias.

No mesmo período, o crítico literário Sainte-Beuve investe contra Tocqueville. Autor enfraquecido pela ausência de rigor em sua pesquisa, isto é, por ter permanecido junto aos arquivos do Antigo Regime de apenas uma província francesa, Tocqueville teria ignorado o quadro completo dos efeitos da centralização e desprezado os benefícios que se devem a Richelieu ou a Luís XIV, responsáveis “pelo primeiro esboço da ordem moderna” (*Causeries du lundi*, T XV, pp.96-97). Mesmo assim, Sainte-Beuve admite a “distinção luminosa” entre a centralização administrativa e política⁴. Reconhecendo a complexidade de *A Democracia na América*, obra que faria hesitar leitores superficiais, o crítico avança ainda mais contra “o homem de 89”, alcunha empregada a Tocqueville por sua defesa dos princípios da Revolução: embora por seu nascimento e por seus “gostos finos e delicados” (idem, p.95) pertencesse ao Antigo Regime, Tocqueville afluíu na direção de 1789 e se manteve “dividido”. Isto significava que, sob forte “impressão” do movimento da igualdade sobre as sociedades, a ponto de “impor à história esta via fixa e exclusiva” (idem, p.97, *grifos nossos*), o autor se manteria tão cioso da liberdade que teria se tornado um “adversário” da igualdade (idem, p.95).

É curioso que, mais de dois séculos depois, uma crítica muito semelhante à que Sainte-Beuve destinou à obra de Tocqueville, articulando elementos biográficos, a noção de centralização política, bem como o método de análise, seja retomada em *Tocqueville between Two Worlds: The Making of a Political and Theoretical Life* (2001), de Sheldon Wolin⁵.

³ No original: “L’image de notre gouvernement, c’est le télégraphe électrique ; l’ordre part d’un point unique, la vie se répand du centre aux extrémités. C’est l’empire romain, adouci par le christianisme et la civilisation. Dans ce réseau d’institutions dont tous les fils aboutissent à la puissante main de l’État, Auguste reconnaît son esprit et ses lois [...] Il mit son génie au service de l’égalité, et bientôt, comme les Césars, il put dire qu’il avait droit de tout commander parce que seul il parlait au nom du peuple, qui l’avait choisi pour son représentant. Tel fut le portrait de Napoléon que M. de Tocqueville esquissa d’une main hardie” (Laboulaye, 1865, pp. 166-170, *tradução nossa*).

⁴ Em 7 de abril de 1835, Sainte-Beuve publica um trabalho crítico sobre a obra intitulado “M. de Tocqueville - De la démocratie en Amérique”, em *Nouveaux lundis*, t. X. O mesmo artigo é publicado com uma réplica de Tocqueville em *Premiers Lundis*, T II, pp. 277-291. Em tons muito mais severos e optando pela ambiguidade na escolha dos adjetivos para tratar de Tocqueville, o crítico apresenta novas análises longas das obras de Tocqueville, em 31 de dezembro de 1860 e 07 de janeiro de 1861. A despeito de afirmar que se tratava de uma “análise inteligente, exata e sem digressões”, Sainte-Beuve também ironiza o caráter abstrato da obra, a imaginação no estilo de Tocqueville, sua expressão por imagens. Estas críticas estão publicadas em *Causeries de lundi*, T XV., pp. 93-121.

⁵ Wolin adquiriu uma grande notoriedade na academia norte-americana ao desafiar a decretação da morte da teoria política, no final dos anos de 1950, dispondo-se a resgatar de disciplinas como a sociologia e a economia

Nesse livro volumoso de mais de 600 páginas, Wolin afirma que, por não se fundar em um método de investigação e análise, *A democracia na América* opera sobre o registro de um “impressionismo político”, de modo que Tocqueville deve ser encarado mais como pintor do que cientista. O caráter impreciso da obra teria contribuído, segundo Wolin, para “remitologizar” a igualdade política na democracia americana, “num tempo em que as principais tendências teóricas favoreciam abordagens científicas” (Wolin, 2001, pp. 140-141). Agora, no século XXI, o autor recoloca a questão de uma crise produzida pela tradição hamiltoniana fortemente centralizadora e anti-participativa. Todavia, a magnitude desse poder estatal é interpretada por Wolin, como a conversão da democracia estadunidense em uma “pós-democracia”, isto é, com a profusão de poderes locais, cujo responsável teórico seria o próprio Tocqueville. Wolin acaba ecoando, assim, os adversários conservadores de Tocqueville, que preferem destacar na crítica do autor à centralização administrativa um “pensamento sinistro”, para usar os termos de Sainte-Beuve (*Premiers lundis*, p. 286), em relação à própria ideia de igualdade nas sociedades, que remontaria à “divisão” entre dois pertencimentos aparentemente inconciliáveis: a de um homem do Antigo Regime e a de um homem convertido aos princípios de 1789. Colocando um dado sociológico (o homem aristocrata) à frente da compreensão dos seus discursos, nos quais se acordam finalidade política e estratégias discursivas, os críticos apagam, assim, a razão fundamental de Tocqueville discutir a “centralização” como efeito da igualdade de condições, qual seja, o futuro das sociedades democráticas em geral e, mais particularmente, a situação política na França.

Neste artigo, não tentaremos refutar a perspectiva de Wolin por meio de uma discussão sobre método⁶. Bastaria lembrarmos que o trabalho de Tocqueville junto aos arquivos é reconhecido como algo pioneiro pelo historiador Georges Lefebvre⁷. Além disso, suas notas de preparação, antes da viagem à América, bem como a profusão de notas de rodapé indicando as suas fontes, a literatura jurídica e as histórias locais sobre as quais se apóia, tudo isso evidencia amplitude da documentação e constante reflexão sobre o tema –

aquilo que considerava serem seus fundamentos: os aspectos arquitetônicos, morais e utópicos que permaneceriam vivos.

⁶ Sobre uma discussão metodológica e a análise feita por Tocqueville, em perspectiva diferente da de Wolin, ver: Richter, 2002, pp. 450-464; Richter, 2000, pp. 385-406; Schleifer, 1982.

⁷ Georges Lefebvre, na “Introdução”, *Oeuvres complètes*, II, 1, p.19. Não importa a este artigo discutir os moldes dos trabalhos de pesquisa neste período, no qual sequer a categoria “ciência política”, tal como hoje a entendemos, se aplicaria. Na edição crítica da *DA*, Nolla faz um apêndice com todas as obras e documentos utilizados e citados por Tocqueville (vol. 2, pp. 325-334), sobretudo, no primeiro volume da obra. Em nosso argumento, sustentamos que todo esse material analisado e colocado às vistas do leitor não o torna um positivista, mas cumpre a função de pedir a confiança de sua audiência - já que parte da obra pode ser lida sob o imperativo do convencimento, na chave retórica da imparcialidade.

coisa que o colocaria longe de mera “visão impressionista” da política. O que rejeitamos é a leitura de Wolin que responsabiliza o autor por aquilo que ele analisou na sociedade estadunidense – e só por uma inversão lógico-temporal⁸ Tocqueville poderia ser considerado como o agente daquilo que ele próprio severamente advertiu sobre o futuro da democracia. Reexaminando a questão da centralização, a partir do que são os “poderes locais” no interior da obra, tentaremos mostrar que, diferentemente do que argumenta Wollin, não há na obra de Tocqueville a cisão entre o social e o político, mas um intento coerente de perseguir a revolução democrática como um fato irresistível em suas ambivalências. Tentaremos evidenciar ainda que, quando se tem em mãos as notas de preparação da obra, é possível notar que o fenômeno dos poderes e associações locais continuou no horizonte do autor d’*O Antigo regime e a revolução*, não como nostalgia feudal (acusação dos seus adversários), mas como modo de responder a uma questão política do período com a qual os liberais tentavam lidar: a centralização.

Para fortalecer nossa análise, apoiamo-nos numa interpretação contrastante da obra de Tocqueville, promovida por Max Pensky, no ensaio intitulado “Radical Critique and Late Epistemology” (2018)⁹. Pensky propõe uma leitura de Adorno ladeada pela de Tocqueville, argumentando “que os esforços de Adorno no pós-guerra para desenvolver um método alternativo para uma crítica radical das dimensões subjetivas do autoritarismo encontram paralelo, em grau impressionante, com uma *tentativa muito anterior de fazer quase a mesma coisa no início, e não no final da era da cultura política democrática liberal*” (Pensky, 2018, p. 89, *grifos nossos*). A abordagem de Pensky nos interessa particularmente por abrir a possibilidade de uma crítica à democracia, permitindo uma reflexão sobre o nível micro, as atitudes subjetivas, os valores, as paixões, aquilo que é pequeno mas domina “corações e mentes”, ao mesmo tempo que explica não somente como são possíveis, mas por que certas disposições que corrompem a democracia são desejáveis pelas pessoas sob esse regime. O quadro de despotismo democrático, delineado na Parte IV, volume II da obra, indica que este não seria fruto de tendências internas, profundas e escondidas que remontariam à superfície por alguma provocação ou força externa. Tampouco se trata de mero “pensamento sinistro”, nos termos de Sainte-Beuve, de um aristocrata não comprometido, de fato, com o estado social de igualdade de condições. Mas para entender a razão desta parte, certamente

⁸ Acompanhamos Richter nessa leitura: “Wolin está de saída disposto, mais ainda, ansioso, para reconhecer como grandes feitos os conceitos de Tocqueville de teoria política e o teórico, bem como o tratamento, por Tocqueville, da democracia como um modo de vida. [...] Wolin trata seu assunto como teleologia curiosa e anacrônica. Tocqueville é censurado pela cumplicidade com o estado de coisas por seus admiradores contemporâneos” (Richter, 2002, p.440, *tradução nossa*).

⁹ Wendy Brown, Max Pensky e Robert Gordon (2018), *Authoritarianism: Three Inquiries in Critical Theory*,

destoante dos recursos discursivos do resto da obra, é preciso lançar luz aos expedientes da escrita tocquevilleana na distância entre os seus contemporâneos liberais do século XIX. Atentas à construção retórica da obra, mediante a qual Tocqueville se apresenta como instrutor, ora profeta, da democracia, e não como seu inimigo, situaremos a escrita de Tocqueville, amparado-a numa epistemologia tardia. Em outras palavras, ao analisar um processo histórico multifacetado de igualdade de condições, Tocqueville utiliza recursos epistêmicos que não eram completamente alheios à sua audiência democrática, então sob sua investigação e à qual dirige sua obra. Essa atitude deliberada de confrontar a matéria daquilo que examina – a democracia – com uma reflexão sobre a própria posição social nesse regime talvez expresse o limite da obra, se pensada em relação às nossas preocupações atuais, mas é, de todo modo, uma alternativa interpretativa à cilada romântica entabulada por Wolin.

1. Considerações preliminares

Antes de investigarmos como a crítica de Tocqueville à centralização administrativa oferece uma valiosa ferramenta para pensarmos a natureza complexa da democracia, é preciso fazer alguns esclarecimentos. O primeiro diz respeito ao sentido de continuarmos a nos voltar para *A democracia na América*. O fato de se mencionar os 180 anos da obra no título acima não nos conduz a qualquer pretensa comemoração. O trabalho é, a uma só vez, de leitura crítica e memória, no qual a obra original e as de recepção são tomadas como registros de intervenções políticas em épocas e contextos específicos¹⁰. Aqui, Tocqueville não é tornado estátua, um ente petrificado, do qual novas leituras e contestações devem ser desviadas. Pelo contrário. A literatura pós-colonial, por exemplo, tem criticado no autor a ideia de igualdade na fundação da república americana sem atentar, senão nos capítulos muito finais de sua obra, para o massacre de negros e indígenas em tal “ato fundacional”, ou ainda por Tocqueville ter uma obra duvidosa sobre o sistema penitenciário e uma posição discutível sobre a ocupação da Argélia¹¹. Nada disso deve ser escondido.

O segundo esclarecimento se refere à posição de partida deste texto. Poderíamos tentar compreender a decisão de Wolin de ignorar quase tudo o que se produziu sobre Tocqueville até o momento em que escreveu, rejeitando o diálogo com seus pares. De fato, em *Tocqueville between Two Worlds*, a referência aos colegas é rara; às colegas, a alguém como Françoise Mélonio (1993), Laurence Guellec (2004), Linda Kerber (1988), Cheryl

¹⁰ Como distingue Achille Mbembe (2002) “memória” não se reduz à “comemoração”. “The Power of the Archive and its Limits”, 2002

¹¹ Ver: Ali Behdad (2003, pp. 883-888), quem endereça uma crítica rigorosa à interpretação de Wolin sobre a obra de Tocqueville.

Welch (2006), é inexistente mesmo qualquer menção em nota de rodapé. Mas, em vez disso, escolhemos traçar um outro percurso para demonstrar nosso afastamento em relação a Wolin. Em sua “hermenêutica de hostilidade incessante contra Tocqueville”, nos termos de Richter (2002), Wolin parece desconsiderar a ação política possível no interior da democracia e deixa de indagar qual é a ordem, a virtude e a moralidade próprias aos diversos regimes democráticos¹². Mais do que isso. Em sua crítica romântica ao conceito de democracia toquevilleano, Wolin sobrepõe uma metanarrativa da modernidade na qual a democracia não aparece senão como uma cultura degenerada – e a nós só restaria olhar para a democracia como Tocqueville teria olhado para a aristocracia: a democracia, então, na leitura de Wolin, não passa de uma “ideia fugidia”.

Também cabe esclarecer que aqui presumimos um contexto de múltiplas experiências políticas antiliberais,¹³ as quais não se restringem ao contexto europeu ou norte-americano, e retomamos uma obra do passado porque ela permite não apenas compreender a emergência do autoritarismo no interior da democracia, como reavaliar nossas categorias políticas e a posição de quem faz teoria diante da crise. Essa é a abordagem proposta por Pensky, para quem Tocqueville teria produzido uma crítica radical, na medida que torna explícito que a degeneração da democracia não advém de um Outro democrático, mas se instaura no interior da própria sociedade. A questão que Pensky (2018, p. 86) se coloca é a seguinte: e se o autoritarismo for parte da própria fisionomia da democracia liberal? .

O cerne da resposta a essa questão está na compreensão do que é um *estado social de igualdade de condições* em *A democracia na América*, bem como da questão da *centralização* na França, na qual o autor oferece uma resposta. Wolin traduz o termo *état social* por “condição social” e sugere que haveria um “primeiro” Tocqueville político e um “segundo” meramente culturalista – separando o social e o político, como antecipamos na Introdução deste texto – que teria estimulado um *demos* profundamente “neutralizado” na discussão acerca das associações civis. É uma tradução arriscada e, se concordarmos com Richter, “despropositada”, pois nela se sobrepõe uma ontologia do político ao conceito de Tocqueville. Mas é verdade que os esforços de compreender a sociedade civil no pós-Guerra estadunidense colocaram em moda uma leitura superficial das associações civis, especialmente de matriz comunitarista, que reivindicava o título de “neo-toquevilleana”.

¹² cf. Craiutu, pp. 538-9.

¹³ O termo mais genérico, como tem sido possível notar na literatura política, seria “crise democrática”. Para não perdermos o foco do argumento com definições e distinções terminológicas que nos levariam a outro tipo de trabalho, acompanhamos Pensky e empregamos o termo genérico “democracia liberal”, de modo estreito, entendendo-se por seus elementos centrais o igualitarismo, o pluralismo, a liberdade de imprensa, entre outras liberdades individuais.

Nisso, é preciso dar os créditos a Wolin e admitir que essa leitura é excessivamente positivada, algo exagerada, e pouco lembra aquele espaço político-público para o qual as pessoas num estado democrático estariam inclinadas, segundo o autor de *A democracia na América*, pouco atentas, inclusive aos efeitos mais perversos da igualdade na acepção de bem-estar material. Mas é à luz da centralização, que parece ser a prioridade de Tocqueville como ator político, no seu tempo, que se compreende o sentido dessa crítica – e não porque Tocqueville seria o aristocrata nostálgico das instituições do Antigo Regime, preso a uma hermenêutica arcaica, como sustenta Wolin.

1.1 O estado social de igualdade de condições

Na advertência de abertura do volume II de *A Democracia na América* (1840), Tocqueville afirma que pretendeu entender como o estado social democrático modificou tanto o aspecto da *sociedade civil*, tema do volume I da obra, escrito cinco anos antes, quanto a fisionomia do *mundo político*, o objetivo do volume II. Ainda que os termos “sociedade civil” e “mundo político” apareçam separados, a compreensão das leis e dos costumes a que a igualdade de condições dá origem é parte do esforço análogo de descida ao mundo ordinário a fim de percorrer os sentimentos e as opiniões nascidas no novo estado do mundo. É o autor, afinal, quem afirma ser um mesmo projeto: “essas duas partes se completam e formam uma só obra” (Tocqueville, 2004 [1840], p.XI).

Há quem conteste a unidade da obra e interprete nesse empreendimento a troca do político pelo social, troca cujo efeito, no volume II, seria a compreensão da democracia numa acepção, nos termos de Wolin, puramente cultural e por isso o rebaixamento da política. É possível atribuir esse embaralhamento interpretativo ao próprio Tocqueville, ao fazer uso do conceito de “estado social” num sentido muito colado ao de François Guizot, seu professor entre os anos 1829-1830 e de quem encomendou a obra, quando chegou na América, em 1831¹⁴. Assim, a seguinte passagem “tudo o que ele [o estado social] não criou, ele modifica” (DA, T I, P 1, capítulo 3), parece ecoar ainda o seu professor. Mas o sentido dessas categorias propriamente tocquevilleanas desponta quando entendemos o que é um estado social de igualdade de condições (*état social*). Não é preciosismo indicar que Wolin atribui ao “social” uma função adjetiva, pois isso é, de acordo com Melvin Richter, uma inversão interpretativa daquilo que é um estado social de igualdade de condições¹⁵, isto é, não é uma

¹⁴ Carta de Tocqueville à Ernest Chabrol, NY, 18 de Maio, 1831.

¹⁵ “When Tocqueville insists upon the significance of the type of society he classifies as egalitarian or “democratic” (*l'état social*), his typological emphasis is drastically altered by rendering it as “social condition” (Richter, 2005 [2002], p.446).

forma de governo, mas uma disposição específica entre as pessoas, uma forma de sociedade, sem permanências e vínculos de submissão irrevogáveis e estabelecidos pelo nascimento. Um estado, em suma, em que a riqueza a princípio não constitui um direito¹⁶: “A igualdade das condições faz, do servidor e do amo, seres novos, e estabelece entre eles novas relações. Quando as condições são quase iguais, os homens mudam sem cessar de posição” [DA, TII, P3, c5, p. 223, *grifos meus*].

As anotações da obra¹⁷, parecem ser as provas materiais mais contundentes de que a democracia, tal como Tocqueville a compreende, não é exatamente um regime político, mas um modo, uma disposição entre as pessoas na sociedade, ainda que, no momento da construção de *A Democracia na América*, Tocqueville resista em oferecer definições explícitas sobre o que é uma democracia: “Até a mais sumária visão da sociedade civil e política nos Estados Unidos revela dois grandes fatos que determinam o resto. [...] Democracia é um modo de sociedade, enquanto soberania do povo é uma essência de governo”. E continua suas anotações que não entraram na versão final da obra: “Soberania do povo sempre se mantém como uma ficção, algo assim, onde a democracia não foi estabelecida como um *état social*” (*tradução nossa*, Nolla, I, 3, OECP, II, nota 50 a).

A dificuldade na consideração da igualdade de condições está em explicar como ela pode predispor as pessoas nos tempos democráticos ao gosto pela independência -necessária para o estabelecimento de uma sociedade que rompa de fato com a autoridade da hierarquia- e, ao mesmo tempo, ser o fundamento da centralização, em matéria de governo, e da servidão, disposição contrária à liberdade. Uma sociedade de iguais é uma sociedade na qual as pessoas “se voltam espontaneamente para si e se consideram isoladamente” (capítulo III, Parte IV, ver também parte II), isso porque não há um corpo visível da superioridade, como era o rei ou o corpo aristocrático, no Antigo Regime, mas um corpo que presida a hierarquia. Creem em si, em suas próprias ideias porque não há esse ser ou esse grupo superior que constitua a fonte da razão e da justiça, por uma legitimidade que advém da superioridade (sentida como natural).

Tocqueville se aproveita do contraste com a sociedade aristocrática para se perguntar que encanto singular veem os homens nessa ideia de igualdade. É um expediente retórico,

¹⁶ As atribuições do nascimento e a mobilidade social parecem ser os elementos centrais dessa acepção de igualdade. Não é que o autor acreditasse que não há ricos nem pobres, nem que a desigualdade em uma mesma sociedade seja uma questão menor. É uma igualdade em relação ao seu oposto nas aristocracias. Há uma explicação primorosa do conceito feita por Aurelian Craiutu, na qual ele utiliza uma fonte raramente mencionada pelos críticos, extraído do *Journey to America*, que ajuda muito a compreender o conceito. Ver: Craiutu, 2019, pp. 361-367.

¹⁷ Notas presentes na edição crítica da obra estabelecida por Edouard Nolla.

sabemos. Tocqueville sabe que a paixão fundamental desse estado é a paixão pelo bem-estar material: “A paixão pelo estar material é essencialmente uma paixão de classe média [...] torna-se preponderante com ela. É a partir dessa classe que alcança os níveis superiores e desce até o seio do povo” (DA, TII, Parte 2 capítulo X). Com efeito, o reconhecimento da sedução do mundo privado é o primeiro movimento do reconhecimento de que os sentimentos democráticos estão de acordo com suas inclinações para a concentração do poder: “a vida privada é tão ativa nos tempos democráticos, tão agitada, tão cheia de desejos, de trabalhos, que quase não resta mais energia nem tempo para a vida política de cada homem”. A isso se somam o amor ao bem-estar, num sentido material, e a natureza móvel da propriedade, que explicam em conjunto a paixão pela igualdade em um estado democrático¹⁸. Uma outra paixão se coloca: o medo de perder essas regalias materiais que esse estado confere: “A maior parte daqueles ricos foi pobre; eles sentiram o aguilhão da necessidade, por muito tempo combateram com fortuna adversa e, agora que a vitória foi alcançada, sobrevivem a eles as paixões que acompanharam sua luta; eles ficam como que embriagados no meio dessas pequenas fruições que perseguiram por quarenta anos” (DA, T II, Parte 2, capítulo X). Não há uma abstração conceitual chamada igualdade. O que se tem nessas linhas é uma fenomenologia, como chama Pensky, da igualdade, a sua incarnação, o seu acontecimento nos menores detalhes, nas paixões mais baixas, nos desejos ordinários, como é, por exemplo, o desejo de posse, a inveja. Esse modo de conferir destaque a essas disposições é contígua a certo modo de ordenar a sociedade. Não se separa a política da vida miúda. Tampouco haveria ideia reguladora para frear “[...] a grande corrente das paixões humanas [que] vai nessa direção e tudo arrasta em seu curso” que não seja a própria democracia.

As prerrogativas da independência e da fruição material que são cotidianamente sentidas se amalgamam a uma disposição para a tranquilidade: “o amor à tranquilidade pública muitas vezes é a única paixão política que esses povos conservam e ela se torna mais ativa e mais poderosa à medida que todas as outras se debilitam e morrem”. A consequência dessa paixão política é que ela dispõe os cidadãos a ceder cada vez mais ao poder central, isto é, a esse aparato administrativo, e isso tanto mais quanto ele parecer ser o único a deter e a ter interesse na prevenção da desordem. Nisso notamos uma nova modalidade de poder que não reprime corpos e subjetividades, parafraseando Pensky, mas as constitui; que não faz recurso

¹⁸ O termo “paixão pela igualdade” é do autor: “A *paixão pela igualdade* penetra de toda a parte no coração humano, estende-se nele, enche-o por inteiro. [...] Não lhes mostrem a liberdade que escapa de suas mãos, quando olham para outra coisa: eles estão cegos ou, antes, *não percebem em todo o universo mais que um só bem digno de cobiça*” (TOCQUEVILLE, 2004: 116; DA, TII, P2, c1, *grifos meus*).

à violência, pois sua dominação é suave (Pensky, 2018, p.106). Não se é obrigado a dar mostras de virtude e desprendimento em uma sociedade democrática. Não se é obrigado tampouco a socorrer o semelhante. O cidadão se sabe nesse estado social, ao mesmo tempo, independente e fraco. A confiança e o orgulho despertados cotidianamente, pela independência, é concomitante à fraqueza decorrente de se saber sem socorro alheio. A consequência é que “nesse extremo, ele [o indivíduo isolado] volta naturalmente seus olhares para esse ser imenso que se ergue sozinho no meio do rebaixamento universal. É a ele que suas necessidades e, sobretudo, seus desejos o levam sem cessar, e é ele que acaba vindo como o único e necessário esteio da fraqueza individual” (Parte IV, capítulo III 364). Explica-se, desse modo, que a inclinação natural de um estado de igualdade de condições é a de deixar os negócios comuns àquele que é representante “visível e permanente” dos interesses coletivos, isto é, o Estado. Uma tal reflexão parece estar longe de mero “impressionismo” ou de deduções sem método, como afirmara Wolin.

A potência de tal reflexão está em fazer entender o paradoxo segundo o qual, nos povos democráticos, veem-se pessoas com dificuldade de aceitar um superior, como afirma Tocqueville, mas são elas que suportam pacientemente um senhor e mostram-se, ao mesmo tempo, servis e orgulhosas (cf. Parte IV, capítulo III, p.364). A potência de um tal argumento está em mostrar como uma paixão democrática origina a concentração gradual de todos os direitos políticos nas mãos do único representante do Estado. Ela não apenas faz pensar nas vantagens de um governo único, uniforme e forte; ela dispõe as pessoas a desejar essa força (p.366). A potência de um tal pensamento, por fim, parece estar no fato de que as disposições inteiramente ameaçadoras à ordem democrática são despertadas pelo estado social de igualdade de condições, não por elementos exteriores ao próprio regime político - é a isso que Pensky chama a atenção ao assinalar a origem do autoritarismo.

Por trás desse raciocínio parece haver uma premissa que remonta a uma necessidade universal e, por isso, alheia à ação humana direta: os povos democráticos são levados a viver em sociedades nas quais o poder central ocupou o espaço da política deixado vago pela retirada do indivíduo ao seu mundo privado. Mas, se são levados necessariamente à centralização, é no controle das causas particulares e acidentais que conduzem, cedo ou tarde, todas as sociedades democráticas à centralização, que a política se coloca. A questão decisiva pertence, portanto, à ordem da contingência: “depende das circunstâncias particulares que podem desenvolver ou restringir os efeitos naturais do estado social” (tomo II, capítulo IV, Parte IV). Isso é dizer que depende do quanto o povo está habituado à liberdade: se for um povo habituado à independência, a igualdade não o deixará esquecer disso, apesar dos

benefícios que a concentração de poderes pode oferecer, em termos de distribuição de privilégios. Se não tiverem memória da liberdade, as sociedades correm mais rapidamente para a servidão, para o poder central. Mas como mensurar algo da ordem do tempo, da memória da liberdade, algo que excede uma vida? Para falar dos costumes da América, Tocqueville retoma os primeiros ingleses que teriam instaurado a experiência nos negócios públicos, a liberdade de palavra e de imprensa, o hábito de recorrer aos direitos e a importância dos júris, simulando tal experiência nas escolas infantis. Tal experiência se origina no gosto natural também que as pessoas na igualdade de condições têm pelas instituições livres - daí não haver nenhuma contradição entre os capítulos I, IV e VI, da parte IV, do tomo II, da *DA*.

Mas esse retrato é, óbvio, perfeito demais para alguém que está tão consciente dos perigos da centralização e não está escrevendo para a audiência americana. Tanto é assim que o segundo elemento para o qual chama a atenção Tocqueville, além dessa virtude e dos hábitos adquiridos pelo tempo, é como a igualdade foi fundada. Se a revolução democrática na França, se deu de modo abrupto e mesmo violento, o poder único e central se impõe quase imediatamente: os poderes intermediários se esfacelam nessa série de transformações. É também por meios violentos que se tira o governo das mãos da aristocracia, que cumpria essa função de mediação, o que favorece o governo central. Do mesmo modo, a aristocracia, temendo “a tirania miúda do povo”, entrega de vez todos os negócios ao governo. Em contraponto à experiência francesa, a democracia na América é um exemplo no qual o povo não teve que travar uma batalha de sangue, traumática em termos sociais, contra uma aristocracia¹⁹ e, mesmo assim, sustentar a independência individual e as liberdades locais como um “produto da arte” (p. 366).

Neste ponto, podemos assinalar nosso afastamento completo em relação à tese de Wolin, segundo a qual haveria uma tentativa ideológica de Tocqueville legitimar o papel fundamental da aristocracia na preservação da liberdade em uma “era de política de massas”. Tocqueville, pelo contrário, não apenas não lamenta o fim do Antigo Regime como fustiga os contrarrevolucionários (tais como “o viajante da fábula [que] sentam e esperam que o rio passe. Vã ilusão!”²⁰). O exemplo norte-americano é, assim, menos uma descrição positiva da sociedade e prescritiva do que meio retórico para advertir os leitores franceses sobre o

¹⁹ É preciso repetir: Não estamos nos referindo ou esquecendo do sangue derramado dos outros, dos primeiros habitantes ou dos trazidos à América e feitos escravos. Não se desconsidera essa história e nem o que dela pode Tocqueville narrar. Entretanto, somos nós, leitoras e leitores contemporâneos, mais sensíveis a isso do que alguém do século XIX poderia ser, mesmo que não tenha deixado de assinalar de passagem essa questão no interior da obra. De toda forma, não há nenhum grande tratamento a isso n’*A Democracia na América*.

²⁰ Tocqueville, 2010, p.28 *nota o*.

desfecho e a culminação, no governo de Napoleão, do processo de centralização administrativa iniciada no Antigo Regime (trataremos disso na parte 3 do artigo). Se a centralização será sempre nas democracias uma tendência natural, isso conduz o autor a repensar o papel das organizações intermediárias - num espírito, em parte, tributário a Montesquieu- em termos muito amplos que davam sentido ao próprio conceito de *sociedade civil*. Isso não significa o abandono do domínio da política e tampouco que a experiência política se diluiria nesse quadro tocquevilleano em termos culturais²¹.

Se este artigo não tivesse por recorte o segundo volume da *DA*, conviria lembrar que durante a resistência ao golpe de Napoleão e o estabelecimento do Segundo Império, uma década depois, Tocqueville de fato altera o modo pelo qual define o conceito democracia, passando a empregar o termo “tipo de regime”, como bem atentaram Françoise Melónio e François Furet. Essa ênfase foi fundamental no debate que ele travou contra Troplong, jurista proeminente do período que se associou a Luís Napoleão, cujo argumento era o de que havia sido por plebiscito, portanto, por um método legítimo, que o povo teria escolhido livremente dar o poder ao imperador. Tocqueville sustenta que o governo de Luís Napoleão nada tem a ver como uma *forma de governo* democrática. Esses que inventaram uma teoria para justificar um poder criado para a destruição, esses “experts”, parafraseando Tocqueville nas notas de preparação do *Antigo Regime e a Revolução*, confundem governo das leis e instituições que beneficiem o povo com democracia. Mas com isso eles, os apoiadores do Império, buscam apenas provar que violência é lei e que a tirania de um governo absoluto é necessária e justificável para a ordem. Dizer que é democrático um governo em que não há liberdade, tendo-se em vista apenas as instituições é, nos termos de Tocqueville, um “absurdo palpável que viola o sentido natural das palavras”. É claro que não há algo como “sentido natural” no conceito de democracia. Mais uma vez, é preciso situar o autor: ele está numa atuação política e retórica. É ele, Tocqueville, quem está terminando de complementar finalmente o conceito de democracia para poder dar conta dessa batalha contra o Segundo Império, a qual, aliás, ele morreu sem ter vencido²².

²¹ Wollin, 2001, pp. 465-472. Esta parte do artigo acompanha a tese de Melvin Richter quanto ao uso indispensável das notas de preparação para entender esse deslocamento no conceito de democracia. Aqui, foi usado o terceiro volume da *Pléiade*, organizado por Furet e Melónio, cujas notas correspondem ao que seria o segundo tomo do *Antigo Regime e a Revolução*, mas Tocqueville deixou o mundo antes de concluir essa obra.

²² O trabalho clássico sobre as diferentes acepções do termo democracia, no interior da obra, continua sendo o de James Schleifer: *The Making of Tocqueville's Democracy*. Indianapolis: Liberty Fund, 2000. Aurelian Craiutu também aborda a distinção entre a democracia como forma de sociedade e como governo, acrescentando a sutileza de que essa falta de definição não é apenas auto-consciente mas pode ser estratégica em determinados momentos. Ver: Aurelian Craiutu. *Tocqueville's Sacred Ark*, 2019, pp.351-370.

Nesse aspecto, tendemos a nos afastar de François Furet, no *Penser la Révolution française*, quando ele afirma que Tocqueville “reverteu” o conceito de democracia, diante de sua experiência política. Entendemos que ele esteja se referindo a regimes distintos como Monarquia de Julho, a Segunda República e o Segundo Império que não poderiam ser subscritos na mesma categoria “*état social démocratique*”. O nosso argumento é o de que é fundamental um trabalho que acompanhe os deslocamentos nas diversas definições de “democracia”, ao longo de sua obra e, de fato, os conceitos não estão estabelecidos e são constantemente refeitos e rerepresentados, a depender da prioridade do período. Isso apenas prova que Tocqueville se inseria num campo de debates políticos e refletia sobre definições próprias desses conceitos-chave. Mas por que insistimos no conceito de *état social* e recorremos às notas de outra obra? Porque houve, de fato, uma troca de ênfase, mas a definição (política) que ele oferece nesse deslocamento retoma uma definição já fornecida no primeiro volume da *DA*, ao dizer que democracia é o regime no qual cidadãos participam tomando decisões em instituições representativas e gozam de liberdade.

De todo modo, nenhuma dessas leituras (nem a de Mélonio, nem a de Furet, nem a de Richter, nem a aqui apresentada) sustentaria que Tocqueville teria reduzido a complexa natureza do político a uma definição cultural de democracia que não passe de um “mito”, que “re-mitologiza” a experiência americana, como arrisca a tese original de Wolin. É, de fato, uma representação o que ele faz da América e isso é anunciado desde as notas de preparação de sua obra²³. Talvez o papel do intérpretes da obra seja distinguir a razão de a América se prestar à representação em toda a obra tocquevilleana e precisar que, no interior de sua obra, a sociedade civil não é uma oposição ao Estado e, portanto, não cabe esse recurso ao autor para justificar a sua redução ou lhe atribuir a apatia cívica dos cidadãos, entre os estadunidenses contemporâneos, como parece fazer Wolin. Voltemos, então, ao sentido de sociedade civil tal como apresentada n’*A Democracia na América II*.

2. Como combinar descentralização com o “espetáculo da sociedade civil”?

A noção de sociedade civil em Tocqueville (*société civile*) é mais espessa do que um mero “slogan”, para usar a boa expressão de Ernst Gellner. “Espessa”, sobretudo, porque sua raiz política está no fato de problemas democráticos do domínio do político (apatia cívica, individualismo) serem resolvidos com remédios democráticos. Daí que não constitua

²³ “Enquanto eu tinha os meus olhos fixos na América, eu pensava na Europa. Eu pensava nesta imensa revolução social que acaba de se completar entre nós, enquanto discute-se ainda a sua legitimidade e os seus direitos”. E mais adiante: “Eu pensava na inclinação irresistível onde [nós (eds.)] corremos, quem sabe, talvez em direção ao despotismo, talvez também em direção à república, mas certamente para a democracia” (TOCQUEVILLE 2010, p. 28, nota o).

nenhuma contradição Tocqueville desenhar a face do despotismo²⁴, empregando um termo paradoxal, “o despotismo brando”, na parte IV de *A Democracia na América II*, cujo primeiro capítulo diz respeito ao gosto que a igualdade dá às pessoas pelas instituições livres. Trata-se de uma rearticulação entre certa virtude, a ação política e a liberdade política –uma rearticulação que o teórico político apresenta, no seu tempo, para os modernos, imersos no individualismo, sem sofrer de nenhuma nostalgia²⁵. É o próprio Tocqueville quem pede, no prólogo da parte IV, que o leitor não se recuse a acompanhá-lo na compreensão da influência dos sentimentos sugeridos pela igualdade sobre o governo. O fenômeno alerta menos a sua audiência estadunidense do que a sua audiência francesa: exposta, pela primeira vez, a um César, em uma sociedade marcada pelo individualismo.

Alguns caminhos conhecidos, como recorrer a um traço biográfico para justificar uma obra, poderiam ser a carta da manga de mais uma leitura –afinal, teria o aristocrata escrito a *DA* apenas por repúdio e medo da democracia? A reflexão acerca do lugar a partir do qual Tocqueville faz suas análises e em que medida situar o autor importa será feita na parte seguinte do texto. Aqui, nos ocupamos ainda de entender a razão pela qual as reflexões acerca da sociedade civil provaram ser um dos maiores legados teóricos da obra tocquevilleana, de acordo com Dana Vila. Isso nos permite, inclusive, entender por que Wolin tem por fundamento essa parte IV do livro (especialmente nos capítulos XVI, XVIII, XIX) ao acentuar tanto uma crítica moral à decadência das associações, ao declínio de homem da política, à transformação da política em “mero jogo de interesses”, da soberania popular em consumo (“politics into economics” and “popular sovereignty into consumerism”, Wolin, 2001, p. 571), no que constituiria uma “pós-democracia”, quanto para responsabilizar

²⁴ O termo escolhido não é “definir”, é propriamente “desenhar a face”, descrever, recorrer à *imaginação* para tentar agarrar o sentido do termo por uma escrita minuciosa do fenômeno para o qual não se tem um nome. A taxonomia política que define despotismo é gasta e inapropriada, por isso o autor tenta primeiro criar um paradoxo e, na sequência, descreve: “*Quero imaginar* sob que novos traços o despotismo poderia produzir-se no mundo: vejo uma multidão incalculável de homens semelhantes e iguais que giram sem repouso em retorno de si mesmos para conseguir pequenos e vulgares prazeres com que enchem a sua alma. Cada um deles, retirado à parte, é como que alheio ao destino de todos os outros: seus filhos e seus particulares formam para ele toda a espécie humana; quanto ao resto de seus concidadãos, está ao lado deles, mas não os vê; toca-os mas não os sente –cada um só existe em si mesmo e para si mesmo e, se ainda lhe resta uma família, podemos dizer pelo menos que pátria ele não tem”. (DA, TII, P4 pp.389-390 *grifos nossos*).

²⁵ Parece ser mais adequada a formulação de Jasmin, em relação à concepção histórica sustentada no momento da escrita da *DA* do que a relação estabelecida entre passado e futuro, recorrendo a uma explicação pautada na “re-mitologia” da política, segundo Wolin. No período que nos serve de referência, qual seja, o da escrita d’*A democracia*, de acordo com Jasmin, prevaleceria uma tensão não resolvida entre uma concepção de história como processo de longo curso, na medida em que a instituição da democracia escapa à mediação humana, e certa injunção que se queria notabilizar mediante ações individuais e coletivas (Jasmin, 2005, p. 30). O contraste, aqui, sem recorrer a nenhuma ontologia do político, parece apontar para, de um lado, a democracia como um processo inelutável, ou ainda, para a sua dimensão providencial, e, de outro, à sua manutenção como algo pertencente ao campo da liberdade.

Tocqueville pela auto-imagem americana ou o excepcionalismo mediante o qual eles se representam²⁶.

Qualquer debate sobre Tocqueville e a sociedade civil deveria começar pelas questões que o autor buscava responder – e não pelas que ele não se fez. Ele não se perguntava, como atestam suas cartas e notas de preparação da obra, se as democracias e o “espetáculo da sociedade civil” estariam ou não fadadas ao triunfo do agente consumidor. É uma pergunta legítima, mas anacrônica. A questão discutida pelos liberais da França pós-revolucionária, ainda em disputa pelo legado da Revolução, com um Napoleão diante dos olhos é: como combinar democracia, na acepção de soberania popular, com uma relevante descentralização no mundo moderno, se a revolução arrebatou de modo estrondoso a ordem anterior e os costumes da liberdade não estariam enraizados? Isso será respondido de outro modo no *Antigo Regime e a Revolução*.

Essa esfera intermediária, todavia, diferente do que supõe a vulgata participativista tocquevilleana não opera em seu sistema conceitual em oposição ao Estado. Não há sociedade *versus* Estado, em seu esquema analítico, assim como não há uma oposição entre associações políticas e não políticas. Aqui, reside uma distinção crucial em Tocqueville entre organizações do poder *locais e centralizadas*, ações *centrais ou locais*, administração *local ou centralizada*. As observações das “micro-mecânicas práticas participativas”, para usar a expressão Ali Behdad, têm relação com uma discussão acerca dos costumes e das maneiras, num contexto de individualismo, não por ser (ou não exclusivamente) o autor o crítico agudo dos modos individualistas das sociedades democráticas. Tampouco essa cultura da participação observada entre os estadunidenses no nível local das *townships* substituiria por uma formulação cultural o conceito de democracia, antes, essa distinção torna evidente a prioridade do político²⁷.

²⁶ Muito no começo da obra, Wolin parece estar consciente da distância entre a apropriação de uma obra em determinada sociedade e a própria obra, os usos que a sociedade estadunidense fez do livro reproduzindo sua imagem de excepcionalismo (“the consensual function he has been made to perform”), de um lado, e o livro *A Democracia na América*, de outro lado. Wolin argumenta que “the abiding concern of Tocqueville's thinking . . . was the revival of the political . . . , not an uncritical celebration of America as the cradle of bourgeois democracy” (pp. 3, 5). Para entender o que ele compreende por “político”, a obra mais clara parece ser Sheldon Wolin, “Fugitive Democracy” IN: *Democracy and Difference: Contesting the Boundaries of the Political*, ed. Seyla Benhabib (Princeton, NJ: Princeton University Press, 1996), pp. 30-32. Para entender o conceito de “pós-democracia”, ver o capítulo XXVI: “The regime is, as Tocqueville suggested, benign, power transmuted into solicitude, popular sovereignty into consumerism, mutuality into mutual funds, and the democracy of citizens into shareholder democracy” (p. Wolin, 2001, p. 571).

²⁷ Entre os comentadores da obra, o sentido da visão é pronunciado. Tocqueville seria o “observador” da América, quando não é mero escritor de diários de viagens (*travelogue*). Isso deixa de lado o aspecto de composição de sua obra mediado por outros textos e não leva à crítica de quais fontes e arquivos, afinal, tinham o estatuto de autoridade para Tocqueville. A crítica de Ali Behdad a Wolin passa pelo manejo de fontes documentais no período: “Wolin's narrative of the formation of Tocqueville as a traveling theorist is insightful, but it fails to address *the role of discursive mediation in the act of theorizing*. At the heart of Wolin's argument is

O que há, em matéria de associações, é uma distinção tripartite – e não a binaridade civil vs político – entre *associações permanentes, civis e políticas*, mas não uma oposição entre elas. Permanentes são aquelas ordens no Antigo Regime e as instituições locais na democracia; as civis são aquelas associações que abarcam todas as matérias: religiosas, conselhos educacionais, comerciais, manufatureiras, de matérias fúteis ou densas; as políticas são aquelas que levam a cabo uma opinião ou uma finalidade política; os partidos talvez sejam a face mais tangível das associações políticas. Qualquer que seja o qualificativo dessas associações, todas elas constituem um arranjo específico entre os cidadãos – e entre estes e o governo – chamada “sociedade civil”. O conceito de sociedade civil toquevilleano, portanto, não diz respeito ao espaço dos indivíduos autointeressados, mas diz respeito ao conjunto total das associações e das disposições que elas criam nos cidadãos.

Além disso revelar um conceito de sociedade civil bastante expansivo, ressalta a prioridade da política (ou a própria “natureza da democracia”, nos termos de Pierre Manent²⁸) em seu conceito de democracia, independente da autoimagem americana. O efeito fundamental da sociedade civil em Tocqueville é o de operar a descentralização administrativa e produzir um tipo de espaço político-público que rompa com a tendência mais nefasta da igualdade de condições: o despotismo. Apenas assim, a democracia pode se oferecer como um regime da liberdade - em oposição ao despotismo que, como sabemos, é um categoria pela qual o ocidente desenha a degeneração política atribuída, na tradição da teoria política, ao oriente.

Nisto reside, de fato, um acento que é só de Tocqueville: sociedade civil não pode ser um conceito de oposição ao Estado, porque a própria sociedade pode promover algo como a tirania, no terreno de uma sociedade igualitária. Tal avanço na análise da democracia não passou despercebido e é o ponto central para a crítica radical da qual fala Pinsky. Tocqueville não faz a crítica imanente. Ele abre a própria crença *implícita* que sustenta a sociedade democrática e torna *explícito* que o despotismo brando não é uma degeneração pelo alto de um regime que se crê democrática, mas um processo possível porque inscrito na instituição do poder entre iguais. É isso que permite a Pinsky tomar Tocqueville para pensar como o

a problematic assumption that there is a direct road from observation to theory. [...] Wolin implies it is by privileging Tocqueville's travel notebooks as the primary source of his theory of democracy. But Tocqueville theorized democracy not through mere observation of American townships *but by consulting and borrowing from the nation's large official archive that included such documents as historical and legislative records of various states, as well as such foundational texts as Jefferson's Notes on Virginia, Nathaniel Morton's New England Memorial, and The Federalist.* [...] Interestingly, even Tocqueville's descriptions of American geography and landscape are heavily indebted to the large archive of European travelogues of the New World [...]” (Behdad, pp. 886-7, *grifos nossos*).

²⁸ cf. Manent, 2006, p. 112.

autoritarismo se encarna, como está nas entranhas, sem que se precise recorrer a uma categoria explicativa exterior à política (por exemplo: a cultura de massas, a tecnologia, a indústria cultural) para pensar fenômenos como o autoritarismo. É na emergência da democracia liberal e não na sua “decadência”, com Adorno, no século XX, que Pensky busca os fundamentos do que ele nota como uma degeneração. Esse é o sentido de uma *crítica radical*.

À luz das associações, esse espaço político-público impede uma das maiores “patologias da condição democrática”, nos termos de Max Pensky: a conversão em uma massa de indivíduos iguais e sem nenhum poder – essa acepção pejorativa de igualdade, como rebaixamento, o plano da homogeneidade, a mesmice até. Essa é a razão pela qual os jornais aparecem como um dos maiores trunfos associativos da sociedade civil contra a tendência, por vezes, silenciadora do grande número. Portanto, as associações não são valiosas porque confrontariam o Estado ou diminuiriam as suas margens, mas porque a sociedade civil é, em si, a possibilidade de ação descentralizadora nas democracias enquanto *locus* das vontades políticas.

Do mesmo modo, os neo-tocquevilleanos²⁹, na prensa interpretativa de destacar o espírito voluntarista das associações, parecem deixar de lado que o “hábito da associação”, a virtude possível em sua articulação com os interesses, se bem compreendidos, tem suas bases na vida política (e não somente nas associações civis). Até porque as associações civis, por elas mesmas, acabam por produzir o mero aglomerado de indivíduos iguais, portadores dos mesmos interesses, afastados da esfera pública e “fechados em suas igrejinhas”, como Tocqueville ironiza a certa altura do Tomo I, da *DA*, referindo-se aos homens que se retiram à estreiteza dos círculos e vínculos primários, aos prazeres da vida encerrada no privado. Em si mesmo, portanto, as associações civis, sem as permanentes e as políticas, não impedem aquilo que Siedentop nomeia como uma “fatal aliança” entre indivíduos isolados e um estado centralizado, que, como já dissemos é o terreno fértil do despotismo – e continuou no alvo das questões de Tocqueville, n’*O Antigo Regime e a Revolução*. O erro dessa apropriação pelos neo-tocquevilleanos é ter transformado o autor num defensor do “capital social” ou no “santo patrono dos comunitaristas” (para empregar o termo jocoso de Robert Putnam); é ter tomado a distinção de Guizot entre condições sociais e instituições políticas, endossada no

²⁹ Não são apenas os comunitaristas os responsáveis por essa apropriação. A memória desses espaços de liberdades locais e associações talvez seja o elemento central de se poder mistificá-los. Outra razão é o próprio fato teórico: certas teorias liberais de matriz econômica enxergaram nas associações comerciais e no mercado uma balança contra o Estado - e fundamentaram isso em Tocqueville - enquanto certas teorias conservadoras enxergaram nas Igrejas um antídoto ao individualismo. De fato, uma leitura atenta faz notar que em Wolin e nesses neo-tocquevilleanos há uma espécie de recurso ao autor como clamor legítimo pela “sociedade civil”.

início da escrita da *DA*, como amparo para a afirmação segundo a qual as associações seriam um “substituto” para o engajamento cívico. É, em suma, ter tomado o autor como responsável por essa concepção de associação civil, na qual parece esquecida a finalidade da ação conjunta: a independência e a liberdade política –embora isso não prive os cidadãos engajados de Tocqueville da busca de seus próprios interesses e não elimine a tendência à centralização.

3. Epistemologia tardia e a norma democrática

Pensky sustenta que a atenção à “fenomenologia dos pequenos detalhes do declínio democrático”, no interior d’*A Democracia* deve-se ao fato de Tocqueville ser membro tardio de um meio aristocrático francês em desaparecimento. Não temos evidências materiais, como notas de rodapé, que explanem a sua compreensão acerca da “epistemologia tardia”, mas podemos nos aproximar desta hipótese seguindo as considerações de Edward Said, segundo as quais: “todo estilo tardio pressupõe o vínculo do artista com sua época, período histórico, sociedade e predecessores”. Ao indicar certo “estilo tardio”, mais do que acenar para o sentido trivial, segundo o qual uma obra sempre participa da era em que foi produzida, Said está interessado em mostrar como certas obras manifestariam um confronto com a tradição na qual se insere, revelando a singularidade em um estilo formal ou retórico³⁰. Disso compreendemos que “estilo tardio” é algo mais do que um registro sociológico, uma evidência de pertencimento a essa ou àquela classe: é estilo de pensamento³¹. Discutido o papel das associações civis, em um estado social de igualdades, temos condições de explicar um segundo aspecto subjacente às interpretações de cunho conservador, segundo as quais o alcance da obra tocquevilleana estaria limitado ao lugar do aristocrata preso “entre dois mundos”. A escolha de Wolin por destacar um homem “*between two worlds*”, o aristocrático e o democrático, não parece um erro. De fato, esse par conceitual opositivo pertence à obra³². Mas o “entre” alude a um drama individual, a algo facilmente registrado na superfície, ou ainda na mera exasperação diante do abismo. Interpretar o abismo como algo “fora de seu

³⁰ “*Não se trata, aqui, de mera sincronia política ou sociológica*, mas de uma questão, bem mais interessante, de estilo formal ou retórico” (Said, 2009 [2006], p.153, *grifos nossos*).

³¹ O deslocamento da ênfase do lugar sociológico para a compreensão de que Tocqueville se solidariza e se distancia, ao mesmo tempo, dos constrangimentos impostos pela cultura democrática está presente em comentadores que, ao abordarem sua “*art d’écrire*”, distinguem as dimensões axiológicas das epistemológicas, apresentando Tocqueville como um “escritor democrático”, são eles: Jean-Jacques Tatin-Gourier (1991), Claude Lefort (1986), Pierre Rosanvallon (1985), Laurence Guellec (2004). Guellec é quem interpreta esse grupo como uma “nova perspectiva crítica”.

³² Como outros pares opostos em seu sistema conceitual. Ver: Jasmin, 2005, pp.39-53.

tempo” nos permite entender o estilo formal da obra e diluir a carga de nostalgia que a interpretação de Wolin desperta³³.

Se fosse apenas o pertencimento a um grupo social específico, em determinada época, o díptico construído no título do ensaio de Pensky, “epistemologia tardia-crítica radical”, poderia ser aplicado a qualquer outro autor do liberalismo francês daquele período que partilhasse das mesmas condições e rejeitasse do mesmo modo a centralização nas sociedades democráticas. É por essa distinção mais sutil em relação aos seus contemporâneos que nos interessa considerar os expedientes retóricos e as figuras de estilo que Tocqueville empregou em sua obra.

Em termos epistêmicos, a prosa tocquevilleana se reveste do gosto pelos detalhes, de atenção às particularidades, às distinções, às ambivalências, de cuidado na especificidade dos tempos históricos. Ao lado de tudo isso que poderíamos subscrever em uma “episteme aristocrática”, como bem ressalta Guellec (2004), expõe o gosto por ideias gerais, o recurso a algum anacronismo, a uniformidade do pensamento, deixando sua escrita permeada pela prática cognitiva de sua audiência democrática. A tensão existe entre ambas as epistemes, mas ela não se manifesta na obra como ambiguidade, mas como construção retórica que opera o jogo das posições de seu discurso, um “eu” que não se apresenta, de saída, como a autoridade discursiva (jogo entre “je” - “moi”), diante do qual ele situa seus leitores³⁴.

Com efeito, quando o autor faz uma advertência ao leitor, no segundo volume de sua obra [1840]: “colocado em meio a opiniões contraditórias”, seu ato não é um esconderijo lírico, um gesto de desconfiança ou um modo de encobrir a distância entre as suas inclinações e as suas origens. De fato, ele está operando um afastamento meditado nesse jogo que dividiria o “eu” e o “eu-figura do autor”, por assim dizer. Neste aspecto, não é desimportante notar que, por mais que o aproximem a Rousseau e a Chateaubriand, Tocqueville não aplicou em seus escritos vocacionados ao convencimento do público, a

³³ Dizer de algo “fora de seu tempo” é dizer de algo que está um passo à frente, ainda seguindo Said, em termos de ousadia e surpresa que a reflexão faz, e um passo atrás, na medida em que tratam também de um regime esquecido, de uma sociedade vencida pelo avanço inexorável da história (cf. Said, 2006, p.154). Nesse sentido, é difícil discordar das críticas que apresentam a leitura de Wolin limitadas pelas impressões que ele carrega sobre Tocqueville que, ao cabo, se mostram determinantes na interpretação. As páginas laudatórias que abrem o livro, num esforço de notar em Tocqueville um teórico comprometido com a política, pertencente a um cânone construído por Wolin, se convertem num antagonismo rude até chegar no último capítulo, no qual opondo liberalismo (uma categoria genérica, não específica ao liberalismo político do século XIX) à democracia, Wolin apresenta Tocqueville como um nostálgico de uma utopia aristocrática e um teórico elitista (cf. Richter p.431-4). Mais adiante - e aqui nos parece que não se trata um vacilo na interpretação, mas de um desvio grave - ao lembrar que Tocqueville rejeitou conjugar esforços com os socialistas, após a Revolução de 1848, passa a identificá-lo como um defensor da liberdade apenas no contexto “pré-moderno” (Wolin, 2001, p. 529).

³⁴ Para este ponto, sigo as referências de Perelman, em seu *Traité de l'argumentation*, 1992, p.18-ss, bem como a crítica a este em: Plantin, *Essais sur l'argumentation*, 1990.

unidade entre indivíduo e pensador, como garantia da autenticidade de seu discurso. Seus leitores são os temerosos dos novos tempos, das massas, mas são também os homens democráticos. É a ambos os grupos que a sua retórica de convencimento se dirige, daí seu deslocamento em relação aos legitimistas a fim de convencê-los do fato irrefreável da democracia, bem como em relação às pretensões de monopólio do iluminismo e do progresso da *gauche*-republicana e socialista.

Na Introdução d'*A Democracia*, de saída, o autor opera o distanciamento e o jogo ao qual nos referimos. Ele não situa o seu enunciado no interior dos referenciais aristocráticos. Isso não significa afirmar que negue suas origens, mas que ele torna a sua obra um instrumento de afirmação de si - o que é próprio da ideologia democrática³⁵. Nas palavras de Tocqueville,

Talvez o leitor se espante com que, sendo firmemente da opinião de que a revolução democrática que presenciamos é um fato irresistível contra o qual não seria nem desejável nem sensato lutar, tenha me sucedido muitas vezes neste livro dirigir palavras tão severas às sociedades democráticas que essa revolução criou. Responderei simplesmente que é por não ser um adversário da democracia que quis ser sincero com ela (DA II, *Advertência*).

Além dessa identificação mais imediata com seu objeto, outro modo de notar um jogo de deslocamento sem abrir mão dos referenciais aristocráticos em seu enunciado está na parte final da obra, ainda no segundo volume d'*A Democracia*, ainda na discussão do caráter das associações políticas como obstáculo ao gigantismo do poder central: “Creio firmemente que não seria possível fundar de novo no mundo uma aristocracia, mas penso que os simples cidadãos, associando-se, podem constituir seres opulentos, influentes, fortes - numa palavra, pessoas aristocráticas” (DA, T II, parte IV, capítulo 7, [2004, p.397]). Notemos, porém, que neste excerto o autor não está apelando, tal como no romantismo, a um lamento, tendo por centro a composição de um sujeito centrado em si, solitário e melancólico. Ele adverte o leitor, aliás, para que as sociedades não sejam julgadas à luz do passado, mas a partir de possibilidades que lhe são próprias. E completa: obter-se-iam dessa maneira várias das maiores vantagens políticas da aristocracia, sem suas injustiças”, marcando, assim, até a parte

³⁵ A partir da cisão entre o “eu” (biográfico), o ego histórico, termo de Guellec, ocorre uma tensão em relação àquilo que o escritor não alcança, mas essa tensão não é resistência à democracia. Guellec explora uma outra dimensão, tornando a distinção de si pelas luzes como identificação de Tocqueville à ideologia do mérito democrático. Não vamos por esse caminho neste artigo, mas vale assinalar que, sendo marca do “jogo do *je*” a cisão da qual o autor é tão consciente que a manipula, esta é justamente a razão pela qual *O Antigo Regime e a Revolução* e *A Democracia na América* são interpretadas como obras nas quais o autor acabaria por se “confundir” com sua pessoa, ou ainda, seriam as obras nas quais o autor acabaria revelando certa nostalgia aristocrática em relação ao seu antigo papel na sociedade.

final de sua obra, os perigos para a independência humana que acompanham a igualdade, sem se filiar aos que enxergam na igualdade apenas suas tendências anárquicas.

Ainda na *Advertência* da obra, Tocqueville se dirige aos seus leitores, afirmando não ser um adversário da democracia, razão pela qual quis ser, sobretudo, sincero com ela, assinalando os novos bens trazidos pela igualdade, bem como os perigos por ela anunciados. Prosseguindo o apelo, diz que havia se esforçado para destruir tanto as simpatias favoráveis quanto os instintos contraditórios nutridos em relação à democracia, mantendo-se, desse modo, constante na sua pretensa imparcialidade. Devemos atentar para o fato de Tocqueville ter empregado o pronome “nós”, no início do período, para tratar diretamente com os seus leitores, a audiência francesa: “posto no meio das opiniões contraditórias que *nos dividem*” (DA 2004, p. xii; DA, tii, “Advertência”, *grifos meus*). É possível sustentar o comprometimento com o fato consumado, irresistível e irreversível da democracia ao notar que, nessa operação, o autor pensa a unidade da França à luz de sua experiência na América e, mais do que isso, ele se recusa a prosseguir com os conservadores, inaptos a enxergar o tipo de despotismo que a sociedade preparava³⁶. Para isso, ele emprega uma “fenomenologia dos pequenos detalhes do declínio democrático”, como diz Pensky, atentando para os efeitos visíveis da vida democrática, sem deduzir estruturas profundas, mas descrevendo (Pensky o identifica, nesse gesto epistemológico tardio, a Adorno), os afetos visíveis, gestos, movimentos, comportamentos e “orientações normativas do cotidiano” (Pensky, 2018, p. 90) que poderiam iluminar uma mais ampla, sistemática e nível macro de uma “patologia social”.

Portanto, Tocqueville não é o autor que vai em busca de uma escrita madura e adequada ao seu tema, amparado em um conjunto de impressões e instrumental analítico abstrato, como condenou Wolin. Um criador de mitos talvez estivesse nessa ordem da escrita. Tocqueville, sensível ao que é particular, quer agradem ou não as direções do fenômeno que tem em vistas, não converteu a igualdade de condições num terror lânguido e passivo. Colocado no limite, eles está em outro território, se dirigindo à sua audiência francesa, salientando o descompasso com a sua inclinação de origem e colocando sua capacidade teórica em favor da democracia, sua inclinação por escolha: “esforcei-me por destruir momentaneamente em meu coração as simpatias favoráveis ou os instintos contraditórios que cada uma delas [formas de sociedade] me inspira”.

³⁶ Não são apenas os conservadores o alvo de Tocqueville. O referente continua sendo as liberdades municipais e instituições locais, mas, aqui, o alvo do debate, como discutido nas seções anteriores do artigo, é a centralização napoleônica. Como os doutrinários (ou “liberais estatistas”, para usar os termos de Jaume), que pensam o governo centralizado também como garantidor de um princípio nacional, Tocqueville adverte a centralização. Mas para o reforço do poder social, ele não lançará mão de uma cópia do federalismo estadunidense, mas argumentará a possibilidade de uma administração local eletiva.

Conclusão

Um resultado deste trabalho é, partindo da questão política prioritária da França, entre 1835-1840, a centralização, destacar que o conceito de sociedade civil apresentado por Tocqueville não se esgota num esquema binário simplista, no qual a sociedade civil estaria em oposição ao Estado, ou no qual a cultura democrática se sobreporia à política democrática. Se bem mostramos, uma tradução circunstanciada e referida a outras obras do termo *état social*, diferente do que aponta Wolin, não redundaria em “democracia fugidia”, acusação que o autor fez ao conceito tocquevilleano. É justamente por evitar tal binaridade que o conceito de *état social* e sua análise da sociedade civil, longe do que sugere a sua apropriação contemporânea, “neo-tocquevilleana”, é pertinente em sua forma de atentar para um espaço político-público *entre e para* os modernos. Além disso, este trabalho reconstituiu os conceitos em disputa diante da questão da centralização, na França oitocentista, mas a singularidade de Tocqueville em relação aos liberais do período, destacando a construção retórica da sua obra, os expedientes acionados em sua escrita, bem como o seu posicionamento diante de sua audiência. Sem isso, a interpretação da centralização não se completa. Para não dizer que o esforço deste trabalho se restringe a uma resistência historicista, negando que os textos possam ter alguma abertura no presente, endossamos a leitura de Pensky, entre as duas interpretações do século XXI indicadas, como caminho mais promissor de uma ida crítica a uma obra do passado, *A Democracia na América*, a partir do presente. Aquilo que a teoria política de algum modo negou, as paixões e os interesses, é central no trabalho de Pensky, quem escutou em Tocqueville um modo encarnado de pensar a democracia, um modo privilegiado de mostrar a emergência, *por dentro e pelo pequeno* (não pela chegada do Outro-democrático) do autoritarismo nas sociedades de igualdade de condições. Não se trata simplesmente de contrastar duas leituras, porque, como afirmado já no início deste trabalho, as leituras estimuladas por Tocqueville, mais ou menos próximas do texto dele, são também parte de uma história. A predileção pela leitura de Pensky é por manter abertas as portas do debate no terreno da democracia, por compelir teóricos e teóricas a voltar a conceitos caros e visitá-los, repensá-los, indagar sua natureza. Essa nos parece ser, afinal, a responsabilidade profissional e política das teóricas e teóricos do político face à emergência dos autoritarismos.

Referências Bibliográficas

Behdad, Ali. “Tocqueville between Two Worlds: The Making of a Political and Theoretical Lifeby Sheldon Wolin (review)”. *Political Theory*, Vol. 31, No. 6, (2003), pp. 883-888.

- Craiutu, Aurelian. "New Politics for a New Epoch. Sheldon Wolin: Tocqueville Between Two Worlds: The Making of a Theoretical and Political Life", *The Review of Politics*, 2002.
- Furet, François. "The Intellectual Origins of Tocqueville's Thought", *Tocqueville Review*, 1985-6.
- Gauchet, Marcel. "Tocqueville, l'Amérique et nous", *Libre*, 7, 1980.
- Guellec, Laurence. *Tocqueville et les langages de la démocratie*. Paris: Honoré Champion, 2004.
- Jardin, André. Alexis de Tocqueville. Fayard/Pluriel, 1984
- Jasmin, JASMIN, Marcelo. *Alexis de Tocqueville: a historiografia como ciência da política*. Belo Horizonte: Editora UFMG: IUPERJ, 2005.
- Laboulaye, Édouard. *L'Etat et ses limites : suivi d'essais politiques sur Alexis de Tocqueville, l'instruction publique, les finances, le droit de pétition* (3e éd.), 1865.
- Lefort, Claude. *Desafios da escrita política* (Tradução: Eliana Souza). São Paulo: Discurso editorial, 1999 [1986].
- Manent, Pierre. *Tocqueville et La nature de la démocratie*. Paris: Fayard, 1993.
- Mbembe, Achille. "The Power of the Archive and its Limits", IN: *Refiguring the Archive* (eds. Carolyn Hamilton), 2002.
- Nisbet, Robert. "Many Tocquevilles", *American Scholar*, 1976-7.
- Pensky, Max. "Radical critique and late epistemology". IN: *Authoritarianism - three inquiries in critical theory*, orgs. Wendy Brown, Max Pensky, Robert Gordon, The University of Chicago Press, 2018.
- Richter, Melvin. "The deposition of Alexis de Tocqueville?". *La Revue Tocqueville/ The Tocqueville Review*, Vol. XXIII, 2-2002, p. 173-199.
- _____. (2000) "Two Eighteenth-century senses of comparison in Locke and Montesquieu", pp.385-406.
- Said, Edward. *Estilo tardio* (tradução Companhia das Letras), 2006.
- Schleifer, James. *The making of Tocqueville's Democracy in America*, 1982.
- Smith, Roger. "Beyond Tocqueville, Myrdal, and Hartz: The Multiple Traditions in America". *American Political Science Review* 87, no. 3, 1993.
- Stenner, K. *The Authoritarian Dynamic*, 2005.
- Tatin, Jean-Jacques. "Tocqueville », *Littérature et Nation*, n.7, 2e, 1991.
- Tocqueville, Alexis. *A democracia na América, t II* (tradução Martins Fontes), 2004 [1840].
- Villa, Dana. "Tocqueville and Civil Society". *Cambridge Companion to Tocqueville*, 2005.
- organizar:
- Welch, Cheryl. *De Tocqueville*.
- Wills, Gary. Did Tocqueville 'Get' America? *New York Review of Books*, 2004, 29/04, disponível em <<https://www.nybooks.com/articles/2004/04/29/did-tocqueville-get-america/#fn-1>>
- Wolin, Sheldon. *Tocqueville between Two Worlds: The Making of a Political and Theoretical Life*
- _____. "Fugitive Democracy". IN: *Democracy and Difference: Contesting the Boundaries of the Political*, ed. Seyla Benhabib. Princeton, NJ: Princeton University Press, 1996.
- Yack, Bernard. "Sheldon Wolin, Tocqueville between Two Worlds: The Making of a Political and Theoretical Life". *Ethics*, 2003.